

## **A LEI 10.639 E O UNIVERSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA REGISTRADA NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES**

**Glenda Jacqueline Pisetta Hosomi**

Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: sghosomi@gmail.com

**Eliane Nespolo Ferreira**

Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: elianenespolo17@gmail.com

### **RESUMO**

O objetivo geral deste trabalho foi evidenciar o estado da arte de pesquisas brasileiras que investigam a aplicação da Lei 10.639/2003 no universo da Educação Infantil. O levantamento foi realizado por meio da inserção de combinações de palavras-chave nos campos de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, um repositório virtual que integra sistemas de informação de instituições de ensino e pesquisa. A análise do *corpus* de dissertações e teses aponta a absoluta prevalência da abordagem qualitativa nos estudos, sendo as técnicas de coleta de dados mais comuns as entrevistas e a análise documental, já os professores, gestores e crianças são os participantes de pesquisa mais frequentes. A distribuição geográfica dos estudos com essa temática por região administrativa do Brasil revela uma assimetria em relação à produção acadêmica em geral. O pertencimento à raça negra foi frequentemente autodeclarado pelos autores e o preconceito religioso nas escolas foi relatado em mais da metade das produções analisadas. Ao longo do trabalho são discutidas possíveis razões para os dados obtidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações étnico-raciais, Preconceito racial, Racismo, Antirracista, Criança.

### **LAW 10.639 AND THE UNIVERSE OF CHILDHOOD EDUCATION: STATE OF THE ART OF ACADEMIC PRODUCTION REGISTERED AT BRAZILIAN DIGITAL LIBRARY OF THESES AND DISSERTATIONS**

### **ABSTRACT**

The general objective of this work was to highlight the state of the art of Brazilian researches that investigate the application of Law 10.639/2003 in the universe of Early Childhood Education. The survey was carried out by inserting combinations of keywords in the search fields of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, a virtual repository that integrates information systems of teaching and research institutions. The analysis of the corpus of dissertations and theses points to the absolute prevalence of the qualitative approach in the studies, with the most common data collection techniques being interviews and document analysis and teachers; administrators, teachers and children are the most frequent research participants. The geographic distribution of studies with this theme by administrative region of Brazil reveals an asymmetry in relation to academic production in general. Belonging to the black race was often self-declared by authors and religious prejudice in schools was reported in more than half of the analyzed productions. Throughout the work, possible reasons for the obtained data are discussed.

**KEYWORDS:** Ethnic-racial relations, Racial prejudice, Racism, Anti-racist, Child.

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial "Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos", pg. 18-33, mar/2025.*

ISSN: 2176-5774

## **LA LEY 10.639 Y EL UNIVERSO DE LA EDUCACIÓN INFANTIL: ESTADO DEL ARTE DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA REGISTRADA EN LA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEÑA DE TESIS Y DISERTACIONES**

### **RESUMEN**

El objetivo general de este trabajo fue resaltar el estado del arte de la investigación brasileña que investiga la aplicación de la Ley 10.639/2003 en el universo de la Educación Infantil. La encuesta se realizó mediante la inserción de combinaciones de palabras clave en los campos de búsqueda de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, un repositorio virtual que integra sistemas de información de instituciones de enseñanza e investigación. El análisis del corpus de disertaciones y tesis apunta a la prevalencia absoluta del enfoque cualitativo en los estudios, siendo las técnicas de recolección de datos más comunes las entrevistas y el análisis de documentos, siendo los docentes, directivos y niños los participantes más frecuentes en las investigaciones. La distribución geográfica de los estudios sobre este tema por región administrativa en Brasil revela una asimetría en relación con la producción académica en general. La pertenencia a la raza negra fue frecuentemente autodeclarada por los autores y los prejuicios religiosos en las escuelas fueron reportados en más de la mitad de las producciones analizadas. A lo largo del trabajo se comentan las posibles razones de los datos obtenidos.

**PALABRAS CLAVE:** Relaciones étnico-raciales, Prejuicio racial, Racismo, Antirracista, Infancia.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho foi elaborado como pré-requisito para aprovação na disciplina de pós-graduação intitulada “Relações Étnico-Raciais”, ministrada pelos Professores Doutores Sérgio Luiz de Souza e Andreia Coelho Lastória e ofertada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo no primeiro semestre de 2023.

Considerando que nenhuma das autoras possuía vínculo regular de pesquisa com instituições de pós-graduação e que o interesse pela oportunidade formativa decorreu de um anseio genuíno por promover práticas antirracistas na escola, optou-se por realizar um ensaio do tipo estado da arte, que pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica. A temática foi escolhida devido ao simbolismo do aniversário de 20 anos da promulgação da Lei 10.639 e dada a relevância da etapa escolar de Educação Infantil para a constituição dos sujeitos. Desta forma, o presente trabalho se propôs a verificar a produção acadêmica em que ambas as temáticas ocorrem juntas, refletindo o panorama de estudos sobre o tema em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Por conseguinte, a análise que se apresenta a seguir contempla dissertações e teses brasileiras que abordam a aplicação da Lei 10.639/2003 no universo da Educação Infantil, publicadas nos últimos 15 anos. A análise de tais estudos

incluiu ainda, como objetivos específicos: (i) revelar a distribuição temporal e regional da produção acadêmica na área, bem como possíveis causas associadas a elas; (ii) compreender o contexto institucional em que ocorreram as pesquisas e; (iii) analisar as metodologias e técnicas empregadas nos trabalhos analisados.

No item a seguir, descreve-se a metodologia utilizada para a obtenção de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o modo pelo qual foi realizado o seu tratamento. Na sequência, apresenta-se uma breve fundamentação teórica a respeito da importância da Lei 10.639/2003 para a superação da depreciação social, étnica e racial a que a população negra vem sendo historicamente submetida. É sob esta ótica que se discute a produção acadêmica *stricto sensu* obtida no recorte de dissertações e teses obtido segundo os critérios metodológicos explicitados. Este trabalho se encerra apresentando, entre outras, considerações que ponderam o significado de pesquisas que abordam a temática em questão serem conduzidas majoritariamente por pesquisadores negros.

## **METODOLOGIA**

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é um repositório virtual desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no qual estão integrados sistemas de informação existentes em instituições de ensino e pesquisa do Brasil. A condição primária para uma instituição ter sua produção vinculada a este banco é possuir curso(s) de pós-graduação *stricto sensu*. A BDTD teve seu lançamento oficial no final de 2002 e hoje é consolidado como uma das maiores iniciativas mundiais para disseminação e visibilidade de teses e dissertações, reunindo atualmente mais quinhentas e noventa e cinco mil dissertações e mais de duzentas e vinte mil teses de doutorado, vinculadas a cerca de cento e trinta instituições [IBICT, 2023a]

A robustez do referido repositório justifica sua seleção como base para consecução dos objetivos propostos no presente trabalho. O funcionamento da BDTD baseia-se na busca simples de palavras-chave nos campos título, autor, resumo ou em todos eles. Há também a possibilidade de busca avançada, que inclui outros campos de classificação das palavras-chave, a seleção de tipos específicos de correspondência para busca booleana e a limitação por língua, data de publicação, presença/ausência de ilustração e formato da produção (tese/dissertação). Foram utilizadas seis combinações de termos/palavras-chave nas buscas avançadas que delimitaram o corpus de análise do presente trabalho: (i) “Educação Infantil” AND “10.639”; (ii) “Educação Infantil” AND “10639”; (iii) criança *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial “Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos”*, pg. 18-33, mar/2025.

AND “10.639”; (iv) criança AND “10639”; (v) creche AND “10.639”; e (vi) “pré-escola” AND “10.639”. Após a eliminação de duplicidades em cada planilha originada, foi realizada uma análise preliminar de todos os títulos e resumos das dissertações e teses para excluir resultados relacionados estritamente ao Ensino Fundamental. Nos casos em que a identificação do público-alvo da pesquisa (Educação Infantil) não foi possível por este meio, acessou-se o arquivo completo da tese/dissertação em busca da informação em sua descrição metodológica.

O corpo de dados definido foi então sintetizado em uma planilha construída a partir dos arquivos fornecidos pela BDTD, eliminando-se resultados coincidentes entre eles. Esta planilha serviu de base para: o levantamento quantitativo de teses e dissertações; a categorização dos trabalhos encontrados pela distribuição temporal, regionalidade, titulação obtida pelo autor e programa de pós-graduação relacionado; e a análise de conteúdo dos resumos das teses e dissertações. Nos casos em que os dados de interesse não estavam disponíveis no resumo, foi acessado o arquivo completo da obra.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

São numerosos os estudos que abordam as origens da desigualdade racial no Brasil e suas nefastas consequências para a sociedade. No entanto, de acordo com Bento (2002), é notável a falta de reflexão a respeito do lugar ocupado pelo branco nas relações sociais brasileiras, o que reitera a ideia de que o problema na base do racismo é o negro, que deve ser sujeito de estudos e problematizações. Segundo a autora, isso resulta de um acordo tácito entre os brancos, que ao não se reconhecerem como parte essencial na permanência da desigualdade social, contribuem para a manutenção de sua condição privilegiada.

A lógica do racismo brasileiro não pode ser entendida exclusivamente como um mecanismo de dominação e controle de determinado grupo sobre outro, sustentada apenas fenotipicamente. O racismo tem como base a cruel desqualificação das memórias, culturas e identidades, o que objetiva invisibilizar a negritude e naturalizar a violência física e/ou simbólica contra ela. O preconceito racial sustenta-se na determinação de um padrão hierárquico no qual a branquitude ocupa o topo, e que mede todas as demais existências a fim de enquadrá-las em seus moldes ou excluí-las (Souza, 2010). Desta forma, a distância entre a cultura eurocêntrica e diversas outras representações culturais fundamentou historicamente a classificação destas como atrasadas e ignorantes, o que justificaria sua dominação.

Ao determinar o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio brasileiros, a Lei 10.639/2003 significou um importante avanço no combate à depreciação social, étnica e racial dos negros. Até então, o fato de os livros escolares mencionarem os negros exclusivamente enquanto alvo de escravidão, tráfico ou atrocidades reforçava a negação de sua história prévia. Carvalho (2006) aponta a ausência de referenciais positivos sobre a negritude em materiais didáticos como potencial criadora de situações de constrangimento, de sentimento de não pertencimento e de inferioridade nos estudantes negros, contribuindo para sua invisibilização. Daí a importância da inclusão legal de estudos capazes de oportunizar o reconhecimento e a ressignificação da diversidade étnica e cultural dos povos africanos nos currículos brasileiros.

Visando a extensão do engajamento antirracista e o combate ao preconceito e à discriminação racial na educação básica, o parecer do Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/2003 e o CNE/CP 003/2004 incluíram a Educação Infantil no público-alvo da Lei Nº 10.639. Este último documento declara que

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnicorraciais para a história e a cultura brasileira. (Brasil, 2004, p. 49)

É nesta etapa de ensino, em que os processos de constituição do eu e do outro começam a se consolidar, que a criança passa a se compreender em suas individualidades e nas relações sociais da cultura em que está inserida. Estudos apontam que as práticas de racismo, preconceito e discriminação raciais na sociedade, em especial no ambiente escolar, prejudicam as pessoas negras, promovendo o surgimento de sentimentos como: auto-rejeição, baixa-autoestima, timidez, ausência de reconhecimento de capacidade pessoal e rejeição, “os quais afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento intelectual” (Cavalleiro, 2005, p. 12).

Nesse sentido, a escola e seus agentes - sobretudo o professor - precisam entender seu papel na luta antirracista e agir de forma que “juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças humanas sem medo, sem receio, sem preconceito e, acima de tudo, sem discriminação” (Cavalleiro, 2005, p. 12). Considera-se então crucial

que, no planejamento da rotina escolar, os docentes incluam atividades com intenção de discutir as relações social-étnico-raciais estabelecidas ao longo da história e na contemporaneidade.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As planilhas iniciais oriundas das seis buscas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram submetidas à análise preliminar conforme descrito, estando os resultados expressos no Quadro 1.

**Quadro 1:** Dados e tratamentos aplicados nas planilhas oriundas das buscas realizadas na BDTD.

Termos de busca	Total de resultados	Duplicidades internas da busca eliminadas	Resultados não pertinentes da busca descartados	Duplicidades entre buscas desconsideradas	Contribuições com o corpo de análise
“Educação Infantil” AND “10.639”	37	2	-	-	35
“Educação Infantil” AND “10639”	41	1	-	35	5
criança AND “10.639”	66	5	34	20	7
criança AND “10639”	74	4	3	67	-
creche AND “10.639”	5	-	-	3	2
“pré-escola” AND “10.639”	2	-	-	2	-

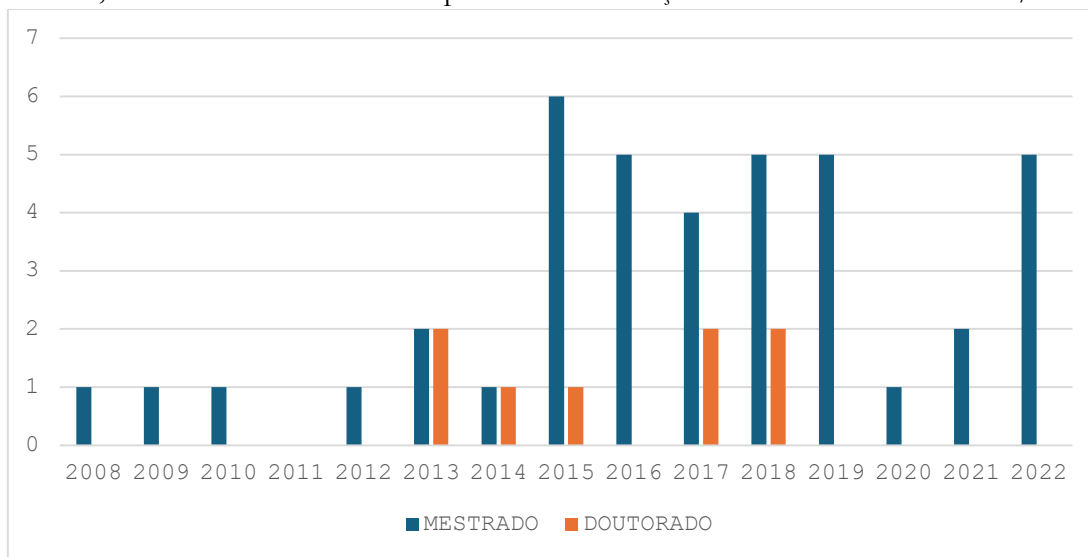
Fonte: Autoras, 2024.

Desta forma, inicialmente o corpo de teses e dissertações analisado compunha-se de 49 trabalhos, sendo 7 dissertações de mestrado profissional, 34 dissertações de mestrado acadêmico e 8 teses de doutorado. No entanto, uma análise mais minuciosa levou à exclusão de dois trabalhos deste rol, por não se encaixarem nos critérios primariamente estabelecidos: uma dissertação de mestrado que teve como alvo de pesquisa a modalidade Educação para Jovens e Adultos e outra voltada exclusivamente a questões referentes à inclusão da temática indígena na literatura. Assim, 47 compuseram de fato o corpo de trabalhos aqui analisado, sendo 35 dedicados exclusivamente às questões étnico raciais da negritude e 12 referentes tanto à temática indígena quanto às africanidades.

Comparando-se esses dados com as estatísticas disponíveis no BDTD, percebe-se uma proporcionalidade bastante distinta: enquanto o repositório abriga cerca de duas vezes e meia mais dissertações do que teses em geral, em relação ao tema deste trabalho há quase cinco vezes mais dissertações do que teses. Isso certamente não tem relação com a relevância do tema, mas provavelmente com a pouca idade da legislação em questão e talvez à escassez e/ou curta história de núcleos de pesquisa sobre o tema.

A distribuição temporal das publicações em questão, representada na Figura 1, revela uma queda significativa de produções nos anos de 2020 e 2021 em relação à tendência observada nos anos anteriores. Neste biênio, que coincide com o período mais crítico da pandemia de Covid-19, a coleta de dados e a continuidade dos estudos na pós-graduação pode ter sido impactada, o que explicaria os dados apresentados. As estatísticas da própria BDTD revelam diminuição geral de depósitos no período [IBICT, 2023b]. Chama a atenção também a ausência da publicação de trabalhos de doutorado após 2018, o que pode estar relacionado tanto às consequências nefastas da pandemia quanto à diminuição significativa do fomento à pesquisa científica pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no quadriênio 2018-2022 (Brasil, 2022).

**Figura 1:** Distribuição temporal da publicação de dissertações e teses, registradas no BDTD, com temática referente ao público da Educação Infantil e a Lei nº 10.639/2023.



Fonte: Autoras, 2024.

A natureza dos programas de pós-graduação que filiam os trabalhos analisados foi classificada de acordo com a proposta pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022), conforme indicado no Quadro 2. Sua análise revela a Educação como área de conhecimento absolutamente predominante, sendo inclusive a única *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial “Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos”, pg. 18-33, mar/2025.*  
ISSN: 2176-5774

que concentra teses de doutorado sobre o tema. Esse dado não surpreende, uma vez que o escopo deste trabalho abrange justamente uma lei que trata de educação básica e uma de suas etapas específicas. É notável, no entanto, a presença da temática em estudos implementados sob a perspectiva de outras áreas do conhecimento, como Artes, Ciências Sociais, Direito, História, Letras e Sociologia, o que reflete a complexidade e relevância social do tema, além da necessidade de investigá-lo sob diferentes pontos de vista. Justifica-se aqui que o Quadro 2 traz apenas 44 entradas, uma vez que três trabalhos analisados não identificam a área de conhecimento e os nomes dos programas declarados não constam na tabela CAPES; a saber: Direitos Humanos (mestrado), Cidadania e Políticas Públicas (mestrado), Ensino e Processos formativos e Formação de professores (mestrado profissional).

**Quadro 2:** Distribuição da produção *stricto sensu* com temática referente ao público da Educação Infantil e a Lei nº 10.639/2023, registrada no BDTD, por titulação e área do conhecimento (CAPES, 2022).

Área de concentração	Titulação		
	Mestrado profissional	Mestrado acadêmico	Doutorado
Artes	1	1	-
Ciências Sociais	-	1	-
Direito	-	1	-
Educação	4	24	8
História	1	1	-
Letras	-	1	-
Sociologia	-	1	-

Fonte: Autoras, 2024.

A abordagem empregada pelos autores foi declaradamente qualitativa em 37 pesquisas, quanti-quali em uma dissertação de mestrado e não declarada em 8 trabalhos. Lüdke e André (1986) enumeram cinco características que configuram a pesquisa qualitativa e que podem justificar a predominância dessa abordagem nos trabalhos aqui analisados: (i) ter o ambiente natural como principal fonte de coleta de dados e o pesquisador como principal instrumento - no caso o ambiente escolar e/ou suas agências de controle como coordenadorias ou secretarias de educação; (ii) apresentar dados predominantemente descritivos - haja vista as peculiaridades relacionais existentes entre os atores da escola; (iii) ter preocupação com o processo maior que com o produto, o que se revela pela seleção das *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial "Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos"*, pg. 18-33, mar/2025.



técnicas de obtenção de dados, citadas a seguir; (iv) ter o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como focos de atenção do pesquisador - no caso, significados mais ou menos imbuídos de preconceito racial; e (v) tendência a analisar os dados pelo método indutivo, isto é buscar generalizações a partir de estudos específicos.

A busca pela declaração da abordagem adotada nos resumos, teses e dissertações, revelou que a obtenção de dados envolveu técnicas diversas, como entrevistas (16), análise documental (8), questionários (4) e observação (2). Notou-se ainda uma variedade de procedimentos técnicos adotados, como estudo de caso (7 trabalhos), pesquisa-ação (4 trabalhos), pesquisa bibliográfica (4), pesquisa etnográfica (2 trabalhos), pesquisa documental (1 trabalho) e pesquisa participante (1 trabalho). Por fim, o Quadro 3 revela dados referentes aos participantes das pesquisas, ressaltando-se que muitas obras envolveram participantes de mais de uma categoria. Além disso, nove pesquisas analisaram estritamente documentos ou referenciais teóricos; assim, a contagem total do Quadro 3 difere da quantidade de obras analisadas.

**Quadro 3:** Categorização dos participantes de pesquisa das dissertações e teses analisadas.

Participante	Quantidade de pesquisas
Crianças	14
Famílias/comunidade	5
Estagiários/bolsistas/estudantes universitários	3
Funcionários	5
Professores/educadores	34
Gestores das unidades escolares (orientadores, coordenadores, diretores)	16
Agentes de formação continuada	7
Técnicos (funcionários de coordenadorias e secretarias de educação)	7

Fonte: Autoras, 2024.

A prevalência de estudos que têm professores e/ou educadores como sujeitos de pesquisa é indicativa da relevância deste profissional na implementação de políticas públicas e do potencial impacto de sua prática na constituição das crianças como sujeitos sociais. Por outro lado, a existência de 14 estudos que tiveram alunos da Educação Infantil como participantes de pesquisa revela a valorização das crianças como agentes de sua própria

construção, dotados de sentimentos, percepções e saberes passíveis de investigação e que devem ser considerados. Além disso, a quantidade de categorias de participantes de pesquisa abarcada pelos estudos analisados aponta a diversidade de atores que pode e deve estar ativamente envolvida para que a determinação prevista na Lei 10.639 seja, de fato, efetivada.

Em relação à dependência administrativa das instituições vinculadas aos trabalhos, 7 tem caráter privado e 40 são públicas; destas 10 pertencem à esfera estadual e 30 à federal. A Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal do Ceará são as que apresentam maior número de trabalhos defendidos: quatro cada uma. Ampliando esta análise para abarcar a dimensão territorial do país, verificou-se a distribuição dos trabalhos por região administrativa: quase 45% deles foram desenvolvidos em instituições localizadas no Sudeste do país, como se pode verificar no Quadro 4.

**Quadro 4:** Distribuição das dissertações e teses com temática referente ao público da Educação Infantil e a Lei nº 10.639/2023, registradas no BDTD, por tipo e região administrativa do Brasil.

	<b>Centro-oeste</b>	<b>Distrito Federal</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Total</b>
Mestrado	5	0	5	0	19	7	39
Doutorado	0	0	6	0	2	1	8
<b>Total</b>	5	0	11	0	21	8	47

Fonte: Autoras, 2024.

De acordo com dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os estados que mais ofereceram programas de pós-graduação no Brasil, em 2021, foram: São Paulo (930), Rio de Janeiro (511), Minas Gerais (476), Rio Grande do Sul (434), Paraná (379) e Bahia (207); ou seja: três localizados na região Sudeste, dois na região Sul e um na região Nordeste (Geocapes, 2022). Assim percebe-se que os dados do Quadro 4 referentes à região Sudeste refletem o panorama nacional de distribuição de programas de pesquisa no país, porém em relação às regiões Sul e Nordeste não se pode dizer o mesmo. Em vista da expressividade da oferta de programas de pós-graduação na região Sul, chama a atenção o fato de a região Nordeste superá-la em relação à temática analisada, considerando que a Bahia é o único estado nordestino que se destaca na oferta de programas de pós-graduação. Surge então a questão: estudos com a temática antirracista são mais frequentes

onde a população - nela inclusa pós-graduandos - se reconhece mais como vítima do preconceito racial? Ou ainda: falta iniciativa, esclarecimento ou motivação à branquitude para debruçar-se nessas questões, mesmo diante de sua urgência e relevância?

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2021 (PNAD Contínua), conduzida por meio de autodeclaração pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traz dados que corroboram com ambas as hipóteses. Antes de analisá-los, porém, coloca-se uma reflexão: em que medida a autodeclaração – metodologia utilizada na coleta de dados – é influenciada pelo fenômeno do branqueamento, refletindo uma ideologia racista? Em outras palavras: em que nível os sujeitos estão tão nocivamente contaminados pelo racismo a ponto de alterar sua própria noção de pertencimento e aceitação? O referido levantamento (IBGE, 2023) propõe o enquadramento da população em três categorias de cor/raça: branca, parda e preta e, segundo ele, a região Sul é a de maior predomínio de população branca (75,1%), contrastando com a Nordeste, que tem o maior índice de população preta do país (11,4%). Mesmo considerando a possibilidade de equívoco na autodeclaração - especialmente de pardos - a relação que se revela por esta análise é: na região onde a população se reconhece mais como branca, pesquisa-se menos sobre a temática deste trabalho, já onde há uma identificação racial maior da população regional como negra esta investigação é mais frequente. Assim, acredita-se que o potencial acadêmico em relação à temática aqui analisada seja fortemente influenciado - limitado ou potencializado - pela raça “supostamente” predominante na região brasileira onde o trabalho é desenvolvido.

Ainda em busca de respostas referentes a essas indagações, o corpo das dissertações e teses foi brevemente analisado em busca da autodeclaração de raça dos autores. Tal informação foi identificada em mais da metade das obras analisadas: 23 autores se declaram negros e/ou afrodescendentes, 4 se declararam brancos e uma pessoa se identifica como miscigenada. Uma vez que a proposta do presente trabalho não era a análise aprofundada das obras e que essa informação pode ter sido registrada pelos autores em diferentes seções das produções acadêmicas (apresentação, justificativa, introdução, agradecimentos, considerações finais ou mesmo em capítulos específicos), é possível que alguma tenha passado despercebida. No entanto, no universo de 28 trabalhos em que a autodeclaração de raça foi identificada, é significativo perceber que praticamente 86% dos autores são afrodescendentes e que sua trajetória de pesquisa inclui motivações pungentes derivadas do racismo, como se observa em

Trazendo minhas recordações, lembro-me de quando era estudante da pré-escola, no final da década de 70, em uma escola católica da cidade de Campinas, o Externato São João, onde consegui bolsa de estudos pelo fato de meu pai ser trabalhador da Junta Militar, os meninos da sala, todos brancos, não davam a mão para mim. Diziam que caso dessem a mão ficariam sujos, pois a minha cor passaria para eles. A escola ficou em silêncio diante desse fato. (Pereira Junior, 2021, p. 11)

Ou ainda, em

A mãe negra desde muito cedo prepara suas/seus filhas/os para enfrentar o racismo e as/os ensina a se defender, pois sabe que acontecerá em algum momento, sobretudo, quando vão para as escolas e instituições de ensino. No entanto, como ensinar o seu filho de 13 anos, acompanhado de sua avó, a se defender de uma agressão violenta tão desproporcional e inesperada? Por alguns dias a vida ficou sem sentido e sem cor. A desmotivação e a dor da impotência tomaram conta das horas dos dias que se seguiram. (Rosa, 2020, sem paginação)

Ao mesmo tempo, nota-se o potencial da trajetória acadêmica da pós-graduação e do aprofundamento dos estudos acerca das próprias raízes para o fortalecimento do processo identitário dos pesquisadores negros, conforme explícito em

Afirmar-me enquanto mulher negra só ocorreu tardiamente, quando consigo identificar as marcas da colonialidade presentes em meu corpo, na minha mente e no meu cabelo. Só que, infelizmente, esse processo é dolorido, pois nos faz olhar para trás e perceber toda a violência simbólica que me fez negar quem eu sou. (Silva, 2020, p. 7)

Por sua vez, a autodeclaração de autores brancos ocorre tanto no contexto da defesa de uma postura antirracista, motivada pela indignação frente ao testemunho de situações vexatórias, em busca de autoconhecimento e mudança, como percebe-se em Marchi (2016, p. 11), quando declara: “Desafio-me, enquanto professora, mulher e branca, a falar sobre as relações étnico-raciais. O ordenamento que motiva essa escrita, sem dúvida constitui-se em possibilidade de ressignificar-me diante de todo esse contexto”. Desta forma, conclui-se que a análise da autodeclaração de raça dos autores também corrobora com a hipótese de que o preconceito racial pessoalmente sofrido pelos pesquisadores é grande impulsionador de pesquisas sobre o tema, justificando a posição ocupada pela região Nordeste no Quadro 4.

Por fim, destacamos que, embora investigar a questão do preconceito religioso não tenha se constituído inicialmente como objetivo deste trabalho, ao longo da análise realizada verificou-se a presença marcante dessa temática em mais da metade das teses e dissertações. Campos (2018) sintetiza essa questão em seu trabalho quando afirma que

Além dos estereótipos decorrentes da cor da pele, os alunos que integram famílias adeptas às religiões de matriz africana são, geralmente, tratados de forma desconfiada e constantemente hostilizados no ambiente escolar. O mesmo não acontece com alunos que pertencem às religiões de origem judaico-cristã. (Campos, 2018, p.57)

Desta forma, uma vez que a religião contribui grandemente para a construção identitária de grupos sociais, combater a questão da discriminação de religiões de matriz africana na escola constitui-se um relevante desafio a ser enfrentado na perspectiva da educação antirracista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O racismo é um processo intencional de soterramento de determinados grupos humanos, que se institui por meio do estabelecimento de territorialidades, da imposição de institucionalidades arbitrárias e da desqualificação do outro. Ele se consolida promovendo o silenciamento de narrativas que diferem da hegemônica dominante e a marginalização de povos, os quais sofrem um cruel processo de apagamento de seus patrimônios histórico-culturais. A desigualdade derivada do racismo se reflete nos mais diferentes aspectos da convivência social: saúde, ambiente, política, economia, entre outros.

A lei federal brasileira de número 10.639, que em 2023 completou duas décadas, visa combater o racismo a partir do âmbito educacional, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de Educação Básica do país. A ideia central que sustenta esse aparato legal não é acrescentar novos conteúdos ao currículo escolar brasileiro, mas redefinir a forma como a temática é apresentada aos estudantes, fortalecendo a íntima relação existente entre conhecer, respeitar e valorizar. É imprescindível combater o apagamento das africanidades e a estereotipação dos povos negros para criar oportunidades de ressignificação e construção positiva de identidades.

Há 15 anos são publicados estudos de pós-graduação *stricto sensu* que investigam aspectos de aplicação da Lei 10.639 no contexto da Educação Infantil, importante etapa da educação em que se iniciam os processos de constituição do sujeito. Para além de dados *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial “Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos”, pg. 18-33, mar/2025.*

acerca da caracterização acadêmica desse corpo de dissertações e teses, como abordagem, técnicas e participantes de pesquisa, o presente trabalho revelou uma assimetria na distribuição geográfica dos estudos com essa temática por região administrativa do Brasil em relação à produção acadêmica em geral. Além disso, nas obras em que a autodeclaração de raça foi detectada, o maciço pertencimento dos pós-graduados à raça negra permite a realização de inferências opostas entre si. Positivamente é possível deduzir que a negritude tem ocupado espaços institucionais e posições sociais anteriormente restritas à branquitude, desenvolvendo estudos que contribuem para a valorização e ressignificação de sua própria narrativa, individual e/ou coletiva. Por outro lado, a restrição da preocupação em estudar, revelar, denunciar e combater o racismo à negritude revela o abominável silêncio daqueles que se beneficiam da manutenção das desigualdades derivadas da questão social-étnico-racial.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 29 abril 2023.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno**. Parecer CNE/CP 003/2004. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso em: 29 abr 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD; SEPPIR, 10 mar. 2004. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_etnicoraciais.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf). Acesso em: 29 abr 2023.

BRASIL. Câmara. Deputados. Orçamento da pesquisa científica perdeu mais de R\$ 80 bilhões nos últimos sete anos. Amaral, Wesley. **Comunicação**. Notícia, Brasília, DF, 02 jun. 2022 - 17:13. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/883070-orcamento-da-pesquisa-cientifica-perdeu-mais-de-r-80-bilhoes-nos-ultimos-sete-anos/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

CAMPOS, Rayra Chrystina Veiga. **O patrimônio cultural afro-brasileiro na educação infantil: a inclusão da Lei nº 10.639/03 nas práticas educacionais das unidades de educação básica da região central de São Luís - MA**. 2018. 241f. Dissertação (Mestrado em Cultura e

*A lei 10.639 e o universo da educação infantil: estado da arte da produção acadêmica registrada na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. Glenda Jacqueline Pisetta Hosomi; Eliane Nespolo Ferreira.*

Sociedade/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2190>. Acesso em: 27 mai. 2023.

CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. CAPES. Brasília, DF, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/24102022\\_Tabela\\_1844948\\_TabelaAreasConhecimento\\_atualizada\\_2022.doc](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/24102022_Tabela_1844948_TabelaAreasConhecimento_atualizada_2022.doc). Acesso em: 27 mai 2023.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. **As imagens dos negros em livros didáticos de história**. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88563>. Acesso em 27 mai. 2023.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei 10.639/2003**. Brasília: SECAD/MEC, 2005. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume2\\_educacao\\_anti\\_racista\\_caminhos\\_abertos\\_pela\\_lei\\_federal\\_10639\\_2003.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf). Acesso em: 29 abr 2023.

GEOCAPES. **Concessão de Bolsas de pós-graduação da Capes no Brasil-2021**. Brasília, DF. GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas. CAPES-Departamento de Meteorologia, 2023. 16 dez. 2022. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 24 mai 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Brasília, DF: Ibict. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 08 mai 2023a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). **Indicadores da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Brasília, DF: Ibict. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/Content/statics>. Acesso em: 24 mai. 2023b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça o Brasil - População/Cor ou raça**. IBGEeduca - Jovem. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 4 jun. 2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1986.

MARCHI, Sandra Aparecida et al. **Por um ensino de várias cores: formação de professores à luz da história cultura afro-brasileira e africana**. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Santa Maria, RS. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12618>. Acesso em: 27 mai. 2023.

PEREIRA JUNIOR, Airton. **As representações sociais das religiões de matriz africana presentes nos projetos políticos pedagógicos das Naves Mães do Município de Campinas-SP**. 2021. 1 recurso online (165 p.) Dissertação (mestrado) -

*A lei 10.639 e o universo da educação infantil: estado da arte da produção acadêmica registrada na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. Glenda Jacqueline Pisetta Hosomi; Eliane Nespolo Ferreira.*

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/3081>. Acesso em: 27 mai. 2023.

ROSA, Solange Aparecida. **A educação para as relações étnico-raciais no município de São José dos Pinhais no período de 2013-2016**, 2020. 203 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná). Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69173>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SILVA, Keise Barbosa da. **Descolonizar e afrocentrar a educação infantil: corpo negro e cabelo crespo nas experiências e narrativas de crianças e professoras**. 2022. 155 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em:

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8654>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SOUZA, Sérgio Luiz de. **Fluxos da Alteridade: Organizações negras e processos identitários no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro (1930 – 1990)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010. Disponível em:

[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106246/souza\\_sl\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106246/souza_sl_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 27 mai. 2023.